

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Especialista analisa PNE e se manifesta contra a privatização do ensino público e gratuito

Os últimos destaques do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê metas para todos os níveis da educação no país a serem implementadas no decênio 2011-2020, foram aprovados, no dia 6 de junho deste ano, pela Câmara dos Deputados. Em seu texto final, o PNE (Lei 13.005/2014) prevê, de forma contraditória, uma política de destinação do dinheiro público para as empresas privadas, que comercializam serviços na área do ensino, por meio do financiamento da educação infantil em creches conveniadas; a educação especial; e programas como o de acesso nacional ao ensino técnico e emprego (Pronatec), o de bolsas em faculdades privadas (Universidade para Todos – ProUni), o do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), e o de bolsas para estudo no exterior (Ciência sem Fronteiras). A destinação de quase 5 bilhões de reais para educação privada, que abre crédito extraordinário de R\$ 4,9 bilhões para o Fies, foi aprovada pela Comissão Mista de Orçamento, em maio, através da Medida Provisória (MP) 642/14.

Nesse sentido, os 10% do PIB aprovados para o financiamento na educação não serão exclusivamente destinados para a rede de ensino pública, indo na contramão da garantia da educação gratuita, pública, laica, de qualidade socialmente referenciada para toda a população, em todos os níveis – como defende o ANDES-SN.

De acordo com o PNE aprovado, o investimento na educação será ampliado progressivamente: um mínimo de 7% do PIB no quinto ano de vigência da lei, e 10% do PIB ao fim do período de dez anos. Ou seja, a aplicação, além de não ser exclusiva para a educação pública, será gradual.

O Sindicato Nacional se contrapõe ao uso do dinheiro público para a rede privada de ensino, que cada vez mais concentra sua prioridade no lucro, concebendo a educação como mercadoria.

A seguir, o *ADUR Informa* apresenta entrevista realizada com **GELTA XAVIER** (FOTO ACIMA), que, atualmente, é Professora Associada III do Departamento de Educação da Universidade Federal Fluminense - UFF. Estudiosa sobre o assunto, Gelta Xavier também já esteve à frente da Diretoria da ADUFF, como 1ª Vice-Presidente e Presidente, nos biênios de 2008-2010; 2010-2012, respectivamente.

Como avalia o Plano Nacional de Educação em sua integralidade?

O Plano Nacional de Educação é o documento que atualiza por parte do governo as intenções de implementar ações que correspondem ao sistema nacional de educação. Relaciona metas e estratégias a serem cumpridas durante determinado período. Desde o momento de discussão e elaboração do novo texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), tínhamos claro que o movimento seguinte corresponderia à formulação do PNE. Envolvermos-nos – várias categorias profissionais – nesse processo, constituindo os CONED como grandes eventos, a partir de 1996. Apresentamos “a proposta da sociedade brasileira”, documentando o acúmulo das discussões que subsidiaram definições sobre o

que realizar em cada um dos níveis de ensino, em cada modalidade, sob condições concretas e de acordo com princípios e anseios dos movimentos organizados. Explicitamos nossas demandas em quatro eixos, considerando o sistema de ensino, democracia, financiamento e valorização/formação dos educadores. Encaminhamos o resultado deste longo e intenso trabalho ao Congresso e o texto do governo foi apensado ao nosso, uma vez que o INEP havia perdido o prazo para apresentar sua proposta. Das discussões no Legislativo, tendo como relator o Deputado Nelson Marchesan (PSDB-RS), tivemos o Plano que correspondeu ao período 2000-2010.

Em relação à Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, além de considerar a negligência do governo quando não pautou o debate e



FOTO: LUIZ FERNANDO NABUCO/ADUFF

“A luta por mais recursos para a educação associa-se a nossa capacidade de definir politicamente qual o projeto para formar a classe dirigente neste país, isto é, formar a classe trabalhadora como classe dirigente e afirmar o papel de intelectuais que os educadores têm que cumprir, como liderança legitimamente constituída”.

encaminhou decisões de constituir o novo Plano de Educação, avaliamos que este documento anuncia uma série de medidas óbvias do ponto de vista das incumbências do setor de educação, ampliando-se os traços de privatização, aligeiramento das ações de formação escolar, acadêmica e profissional, ênfase na meritocracia e correspondência direta com as demandas do capital. Uma leitura crítica do texto informa quais são as bases para as decisões políticas e com que “parceiros” o governo conta para promover e deixar de promover a educação nacional. A leitura das dez diretrizes relacionadas no Artigo 2º, da referida Lei, permite situar, no conjunto das medidas governamentais, quais os propósitos de vincular mais estreitamente educação a mercado.

Quais foram os principais destaques do plano, aprovados no início de junho pela Câmara dos Deputados? De que forma eles trazem impactos, especialmente, ao ensino superior?

São muitos os itens que atingem a totalidade do sistema nacional de educação – princípios, finalidades, objetivos, metas, conteúdos, metodologias, recursos e avaliação implicam-se e envolvem amplamente todos os sujeitos da educação, estejam inseridos nas experiências de Educação Infantil ou Educação Superior. Quais foram as questões mais destacadas nos últimos anos pelos trabalhadores da educação? Afirmo terem sido carreira e avaliação. As greves informam que está dada a unidade das lutas, porque os demais itens, como acesso, formação, recursos, gestão constituem parte de um bloco ideologicamente marcado pelos interesses do capital.

O que poderia comentar sobre o fato de que o uso do Produto Interno Bruto não ser exclusividade da educação pública, já que o governo pode ceder verba às empresas que comercializam o ensino, como para financiar a educação infantil em creches conveniadas; a educação especial; e programas como o de acesso nacional ao ensino técnico e emprego (Pronatec), o de bolsas em faculdades privadas (Universidade para Todos – ProUni), o de financiamento estudantil (Fies) e o de bolsas para estudo no exterior (Ciência sem Fronteiras). Além disso, a aplicação do PIB se dará de forma gradativa, com um mínimo de 7% no quinto ano de vigência da lei, e 10% do PIB ao fim do período de dez anos.

A luta por mais recursos para a educação associa-se a nossa capacidade de definir politicamente qual o projeto para formar a classe dirigente neste país, isto é, formar a classe trabalhadora como classe dirigente e afirmar o papel de intelectuais que os educadores têm que cumprir, como liderança legitimamente constituída. Na verdade, o debate sobre o PIB implica considerar como é produzida a riqueza, que parte cabe aos trabalhadores além da exploração a que são submetidos, quando a intensificação da jornada, ao lado da precarização e do desemprego são a marca. O financiamento da educação deve ser visado pela constituição de um fundo público e o destino dos recursos serem exclusivamente para a escola pública, como defendemos intransigentemente, e o fez, marcando uma tradição, Florestan Fernandes. As denúncias sobre o escoamento de recursos públicos para empresas várias repetem-se, sem que possamos desenvolver formas de exigir punições e controle sobre a transparência dos custos e contratos. O tema participação e constituição de Conselhos e fóruns presta-se a mascarar intenções e dificulta a necessidade de distinguir projetos políticos.

Em recente entrevista, o pesquisador e professor Gaudencio Frigotto (UERJ) disse que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) virou caça-níquel para faculdades privadas que não têm tradição nesta área de ensino, afirmando que ele não resolve a falta de mão de obra qualificada no país. De que forma, a senhora avalia que as instituições de ensino, de uma maneira geral, têm pensado a relação entre a formação e o acesso ao mercado de trabalho?

Desde a crítica à expressão “mercado de trabalho” já consideramos a compreensão do que significa o direito à formação e o direito ao trabalho, aí incluída a reflexão sobre o que é a jornada e o tempo livre. Acumulamos durante as décadas de oitenta e noventa vigorosas propostas de engendrar formação omnilateral e politécnica, observando a experiência socialista. Tínhamos claro de onde partíamos e a que destinos visávamos, tomando as escolas técnicas federais de nível médio, naquele momento, como referências para aprofundar o debate e implementar projetos que incluíam a profissionalização. O que temos, na atualidade, são fragmentos e migalhas que em muito se afastam da pretensão de atingir qualidade na educação.

Há muito o ANDES-SN luta pelo ensino público, gratuito, de qualidade, laico e socialmente referenciado. Em face do PNE, o que pode ser feito para evitar que se aprofunde ainda mais o desmonte da instituição pública de ensino de qualidade?

Este é um processo árduo do qual o ANDES-SN e muitos outros sindicatos não se dispensam. Temos observado que se intensifica a ofensiva do capital, instalando formas mais ousadas de privatizar a educação. Contam as administrações municipais, estaduais e federal com representantes de organismos internacionais e grupos empresariais muito eficientes. Vão promovendo de um modo e outro o desmonte da educação, reestruturando os textos curriculares, vinculando oferta de recursos a ganho por conta de vendas de computadores, livros didáticos, mobiliário escolar, merenda e uniformes.

A organização dos trabalhadores em seus grupos e espaços de luta é fundamental para fazer este enfrentamento. E o Encontro Nacional de Educação, realizado neste início de semestre no RJ, é uma oportunidade para evidenciar nossa disposição para as disputas por uma política de qualidade da educação.

O que é o Sistema S?

O Sistema S sustenta iniciativas que vinculam os interesses das empresas às iniciativas governamentais quando são estendidas a escolas a tarefa de inserção dos trabalhadores e seus filhos para preparar para o “mercado de trabalho”. Repousa na experiência histórica de incluir, através das escolas, depois da Segunda Grande Guerra, os analfabetos, os semi-alfabetizados, os que estariam nas cidades e no campo produzindo a riqueza “nacional”. Do ponto de vista ideológico, indica o atendimento às camadas populares, e a propaganda governamental tenta relacionar formação e emprego, identificando situações de sucesso de uns poucos indivíduos a projeto de inclusão social, igualdade, democracia.

De que forma podemos relacionar o PNE ao REUNI - Plano de Expansão do Ensino Superior defendido pelo governo federal?

A expansão das vagas para estudantes nas universidades, sob as chantagens de distribuição de recursos e ampliação das instalações físicas, ocorreu de forma associada a um projeto que privilegia a lógica de escolarização formulada pelo capital. São evidentes os esforços de reformular currículos, reduzir os projetos de curso a um conjunto de informações instrumentais, estimular o ensino a distância, desdobrar áreas acadêmicas em propostas de cursos que visam a treinamento para atender a demandas empresariais, dispersar e tornar superficial a formação humana, intelectual, profissional, exigida para cursos superiores. A meta 15 do PNE, referindo-se à formação profissional dos educadores é um exemplo, que confunde mais que afirma as intenções de “aprimorar” tal formação. Os remendos, a distorção do significado das palavras, as ameaças de controle, punição, desvalorização e desqualificação do trabalho evidenciam quais interesses se sobrepõem. Profissionalização, no caso, se associa a certificação. E, mais que tudo, o tratamento dispensado ao trabalhador da educação relaciona pouca/rebaixada escolarização a pouco/rebaixado salário.

REAÇÃO CONSERVADORA: JUDICIALIZAÇÃO DAS GREVES

“Assistimos a um processo de fascistização”



No último mês de junho, o STJ determinou o fim imediato da greve dos funcionários de Institutos e Universidades Federais brasileiros, por medida liminar. Essa decisão, que partiu dos ministros Napoleão Nunes e Benedito Gonçalves, surpreendeu as lideranças sindicais que foram proibidas de realizar qualquer atividade de paralisação, estando sujeitas a multa diária de até R\$200 mil. Tanto a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras - Fasubra quanto o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - Sinasefe questionaram tal decisão, alegando interferência na autonomia dos Institutos. No Rio de Janeiro, os professores da educação municipal e estadual foram duramente reprimidos, constrangidos e culpabilizados pelos governos de Eduardo Paes e “Pezão” por terem paralisado suas atividades para reivindicar melhores condições salariais e de trabalho.

A intervenção do poder judiciário permite que os patrões utilizem medidas para deslegitimar o poder das greves, tais como descontos na folha de pagamento, multas aos sindicatos, manipulação de informações via os grandes meios de comunicação, entre outras. O ADUR Informa conversou com o professor Frederico Falcão, do Colégio Técnico da UFRJ (CTUR), que analisa a intervenção da justiça em movimentos trabalhistas:

“Existe hoje um processo, que se amplia no Brasil e em outras partes do mundo, de intervenção direta, sistemática e crescente, da justiça em movimentos de luta popular e/ou trabalhista, desrespeitando textos constitucionais, criminalizando lideranças ou simples lutadores. Há verdadeiros esbulhos jurídicos sendo perpetrados, sem que se consiga ainda frear essa tendência. O direito de greve, por exemplo, tem se tornado “letra morta” para os nossos tribunais, que impõem, vez por outra, sentenças que obrigam o trabalhador a cumprir horário de trabalho “normal” durante uma greve (vejam-se as sentenças que recaíram sobre as paralisações dos rodoviários). Elas vêm, invariavelmente, acompanhadas de ameaças de multas de tal vulto que parecem determinadas a destruir os sindicatos. Na verdade, falando com todas as letras,

estamos assistindo a um processo de fascistização e isso não é figura retórica. A ação da justiça não é isolada e aleatória. A polícia e os governos agem ao arripio da lei contra os trabalhadores e, no final, a quem esses podem apelar para garantir seus direitos?”, questiona.

O professor também se posicionou contra a decisão do STJ de deflagrar o fim da última greve dos servidores federais e criticou a ação do governo de não negociar. De acordo com Frederico Falcão, a mídia é manuseada para manipular informações que prejudicam os grevistas. “Foram greves muito duras, com a constante postura do governo federal (assim como os governos de outras esferas, nas últimas décadas) de não negociar nada. Os movimentos de greve do funcionalismo público têm, desde seu início, a tarefa de obrigar os governantes a abrir negociações, o que, evidentemente, torna as greves longas em prejuízo da população a ser atendida. E assim, os governos ainda manobram, em geral com o auxílio da mídia conservadora, jogando a culpa da greve longa nas costas dos grevistas. E mais, usando também a justiça para criminalizar os movimentos e militantes”, observa.

Para ele, há um ataque à liberdade dos direitos da população, expresso, por exemplo, no tratamento dispensado pelo Estado aos manifestantes, seja pela dura repressão policial, seja pela distorção dos fatos e criminalização dos movimentos sociais e seus agentes. “Vivemos em uma conjuntura mundial de ataque profundo aos direitos dos trabalhadores. E, pior, ocorre uma tentativa de se naturalizarem esses ataques. A mídia burguesa, conservadora e, no Brasil, monopólica, estigmatiza as lutas como “baderna”, os lutadores são tratados como nos tempos da ditadura, como perigosos subversivos, a “justiça” faz seu papel criminalizados com uma fúria degradante para quem fala em Estado Democrático de Direito e os governos e patrões têm, então, abertos os portões para se lançarem contra os trabalhadores e movimentos em geral, utilizando-se de força militar sem medida. Tudo isso passando, muitas vezes, por cima das leis. E de tribunais, se, em algum momento, esses tiverem a “ousadia” de não responderem aos anseios dos poderosos, independente da base legal para isso. É curioso (e trágico) como isso se generaliza pelo mundo. Um exemplo: neste momento, em Portugal, o Tribunal Constitucional (algo como o nosso STF) julgou contra medidas que o governo de direita desejava implementar. O que faz o governo? Discute utilizar sua maioria parlamentar para fechar o Tribunal. E tudo se passa como se não estivesse ocorrendo um gravíssimo ataque às liberdades e direitos”, analisa o professor.

Para Frederico Falcão, é preciso observar o contexto mundial de recrudescimento das forças conservadoras, aliando-o à crise do

capital e suas consequências.

“As eleições para o Parlamento Europeu, com votações expressivas de partidos de extrema-direita por quase todo aquele continente parece demonstrar que vivemos tempos muito difíceis. Os escombros da crise do capital, como o crescimento do ultranacionalismo, da xenofobia e do racismo, o medo do desemprego, o desespero individual, tudo isso tem mantido aberto o risco da fascistização em grande escala. Não se deve esquecer que o nazifascismo utilizou, em conjunturas de grave crise do capital, dos mecanismos formais da sociedade burguesa (eleições, parlamentos) para conquistar o poder. E sabemos todos aonde isso vai dar...A saída? Ora, é a luta continuada, do dia-a-dia, a resistência contra a perda de direitos adquiridos e, lógico, pela conquista de novos. É a organização e unidade dos trabalhadores, é a construção de espaços de mídia alternativa, na qual se possa discutir as questões da sociedade do ponto de vista da maioria da população que sofre os efeitos da crise do capital. “E, a partir dessas lutas e construções, buscar reverter essas condições a que hoje estamos submetidos”, avalia.

Para a diretoria, avanço do conservadorismo preocupa

A diretoria da ADUR-RJ acredita ser muito preocupante o grande número de represões às manifestações e as inúmeras tentativas, com a conivência do Judiciário, de criminalizar os movimentos sociais.

O presidente Alexandre Mendes explica que a judicialização das greves e dos conflitos de classe é uma prática do Estado brasileiro ao menos desde a década de 30. É deste momento que data a criação de um judiciário trabalhista que visa não só a solução de questões individuais, mas também coletivas. “Este modelo institucional de intervenção do poder judiciário nos conflitos trabalhistas coletivos foi reproduzido pela Constituição de 1988 e tem servido como instrumento de contenção do exercício do direito de greve no setor privado, com determinações de retorno ao trabalho, que desmobilizam a categoria, e a estipulação de multas em caso de descumprimento, que atingem as finanças dos sindicatos. No caso do setor público, a Constituição prevê a regulamentação do exercício do direito de greve, mas como o Poder Legislativo não editou a norma, o STF determinou a aplicação da lei de greve do setor privado enquanto esta regulamentação não fosse editada. Isto, por si só, já é uma intervenção extrema do judiciário nos conflitos trabalhistas, passando por cima, inclusive, das competências de outros poderes. O mais preocupante é que reforça a tendência geral na sociedade brasileira de resolver os conflitos sociais pela via judicial, quando as instituições judiciárias brasileiras estão longe de representar as aspirações populares por mais democracia e participação política”.

Representantes da ADUR-RJ e do SINTUR-RJ reafirmam solidariedade aos trabalhadores terceirizados da UFRRJ



FOTOS: ALINE PEREIRA/ADUR-RJ

No dia 20/8, a professora Graciela Garcia, representando a ADUR-RJ; Leonir Tunala, pela coordenação do SINTUR-RJ; e Ivanilda Reis, como representante da Coordenação Nacional da Fasubra e do Movimento Mulheres em Luta da CSP-Conlutas, estiveram no Auditório Cine Gustavo Dutra/Gustavão para saudar trabalhadores e trabalhadoras que aguardavam para entregar currículo ao gestor de contratos da instituição, Denis Carvalho, na expectativa de admissão pela *Execução Construção e Terceirização Eireli*, nova empresa de limpeza da UFRRJ (contrato nº55/2014), que substituirá a Digna. Eles também foram saudados por Alexandre Pais, um dos garis da Comlurb, participantes da última e histórica greve da categoria, realizada em março deste ano.

Há tempos, a ADUR-RJ e o SINTUR-RJ somaram forças para denunciar e combater a precarização das condições de trabalho dos terceirizados na UFRRJ, participando, inclusive, de um Comitê de Mobilização que discute o tema na instituição e conta também com o envolvimento de toda a categoria dos estudantes. O Comitê tem denunciando as difíceis condições a que estavam submetidos os funcionários terceirizados, salientando que os contratos são intencionalmente mal redigidos, de forma a flexibilizar e negar os direitos trabalhistas, visando favorecer a exploração da mão-de-obra e o lucro dos patrões. Importante mencionar que, recentemente, no mês de julho, os funcionários da Digna paralisaram suas atividades, por alguns dias, no Instituto Multidisciplinar, por falta de pagamento.

De acordo com Ivanilda Reis, o Sindicato que deveria representar os terceirizados é patronal e não está a serviço da luta dos trabalhadores. Por isso, o Comitê de Mobilização da UFRRJ está atento à situação desses funcionários e se coloca ao lado desses homens e mulheres na luta por melhores condições de trabalho. “Hoje, damos um passo importante, porque é a primeira vez que conseguimos fazer uma fala antes de algumas pessoas assumirem suas tarefas na Universidade, como contratados de uma nova firma. Sabemos que essas empresas vão e voltam o tempo todo e que os problemas dos trabalhadores só se

agravam. Sorte para quem pleiteia a entrada; força e coragem para quem está na luta”, disse Ivanilda, salientando a importância da união da categoria.

Representando o SINTUR-RJ, Leonir Tunala relatou, rapidamente, a crise que levou à demissão de quatro funcionários da empresa Digna, ano passado, na UFRRJ. Também criticou o Sindicato que representa os empregados das empresas de conservação e asseio do município do Rio de Janeiro, pois, ele não tem atuado em prol dos funcionários terceirizados das firmas que prestam serviços de limpeza. Disse que a Coordenação defenderá, no Congresso da Fasubra do próximo ano, que seja acrescentado em seu estatuto que todo o servidor terceirizado possa ser filiado ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação, já que, por decisão congressual, a Federação se posiciona pela defesa incondicional dos terceirizados, apesar de contrária à terceirização.

Também saudando os ouvintes, Alexandre Pais reforçou a necessidade de união da categoria, citando a greve dos garis, quando, durante o Carnaval, paralisaram suas atividades e, unidos, obtiveram 37% de reajuste salarial e direito a R\$600 de vale-alimentação. Afirmou que os trabalhadores devem reivindicar insalubridade e que, assim como fizeram os garis da Comlurb, precisam permanecer juntos para reverter as perdas salariais e garantir o cumprimento de seus direitos. “Sabemos quais são as dificuldades aqui, porque passamos por isso na Comlurb. Não somos melhores ou piores, somos todos trabalhadores”, disse.

Pela ADUR-RJ, a professora Graciela Garcia fez questão de destacar que docentes e técnico-administrativos, assim como os terceirizados que atuam na instituição, devem ser reconhecidos como trabalhadores da educação. Enfatizou que a situação daqueles que estão à mercê de contratos de trabalhos com empresas prestadoras de serviços à Universidade são os que mais sofrem com a falta de garantias em relação ao cumprimento de seus direitos trabalhistas. “Isso não é um fenômeno só da UFRRJ. Acontece no Brasil e no mundo inteiro. Faz parte de uma

política de transferência de dinheiro público para a iniciativa privada, ampliando o lucro do patrão. Sou professora em Nova Iguaçu e pude acompanhar uma série de denúncias de funcionários da Digna que não tinham ‘Equipamentos de Proteção Individual’ – EPI. A Digna nunca forneceu botas para as pessoas que manipulavam água sanitária e produtos químicos muito mais fortes. Uma funcionária de Seropédica lavava banheiros com chinelo porque nunca recebeu calçado apropriado. Quando contraiu uma infecção no dedo, não pode sequer se afastar, com licença médica, porque sabia que estaria sob risco de perder o emprego. Vimos também calças cerzidas pelos próprios funcionários, pois eles já recebiam uniformes usados e gastos! Quando uma empresa ganha a licitação, está se comprometendo a fornecer para todos os EPI que vão evitar que os trabalhadores estejam expostos as doenças laborais. Sabemos qual é o cotidiano do terceirizado e conhecemos o histórico de não cumprimento dos direitos trabalhistas da Digna. Trabalhadores têm direitos!”, disse a docente, reiterando que os membros do Comitê de Mobilização estarão atentos e à disposição para, pelo Sindicato, dar assistência jurídica gratuita e orientação a quem precisar. “Lutamos por uma Universidade Popular, onde vocês e seus filhos sejam estudantes. Lugar de trabalhador é na Universidade! E o trabalhador braçal não tem que estar aqui só para limpar chão, mas para fazer graduação e pós-graduação. A instituição é pública e é mantida com o nosso dinheiro”, completou Graciela.

A Diretoria da ADUR-RJ tem reivindicado a Administração Central maior transparência no processo licitatório e nos mecanismos de fiscalização dos contratos, propondo a criação de uma comissão dos terceirizados. Lembra ainda que, em fevereiro deste ano, durante o 33º Congresso do ANDES-SN (Maranhão), apresentou resolução, aprovada por ampla maioria, para que as seções sindicais organizem ações de solidariedade com os terceirizados, em unidade com os sindicatos dos técnico-administrativos. Sobre o tema, veja o <http://www.adur-rj.org.br/5com/adurinforma/adurinforma162.pdf>